

Não ao confisco de direitos

Sintunesp repudia cortes nos vales alimentação e transporte e entra com mandado de segurança na justiça

O Sintunesp não concorda, em absoluto, com o conteúdo das Portarias Unesp 540 e 541, de 4/11/2005, que regulamentam os vales transporte e alimentação. Um parecer minucioso da Assessoria Jurídica da entidade, inclusive, considerou irregulares tais portarias, ou seja, um ataque direto aos direitos dos trabalhadores. Os pareceres jurídicos apontam que as portarias estão em conflito com normas estabelecidas no Esunesp, tais como: abono de faltas, faltas justificadas, licença saúde, licença doação de sangue, afastamento de efetivo exercício etc.

Na reunião do Conselho Universitário (CO) do dia 15/12/2005, os representantes Técnico-Administrativos solicitaram uma reunião com o Reitor, professor Marcos Macari, para discutir os prejuízos trazidos à categoria. A reunião acabou ocorrendo no intervalo do almoço. Estiveram presentes, também, o Pró-Reitor Administrativo e dois assessores jurídicos da Reitoria.

Primeiramente o Reitor esclareceu que essa medida foi tomada com o objetivo de “legalizar e moralizar a distribuição de benefícios”. Lembramos ao professor Macari a existência do parecer da Assessoria Jurídica do Sindicato, que já havia sido entregue a ele. O Reitor, por sua vez, a havia encaminhado à Assessoria Jurídica da Reitoria. No entanto, antes mesmo da análise do parecer pelos advogados da Universidade, foi determinado pela Pró-Reitoria de Administração a operacionalização dos cortes. A Reitoria sequer se dignou a responder ao Sindicato. A medida é extremamente discriminatória, fazendo com que, em várias Unidades, tivesse início um verdadeiro policiamento na vida dos servidores, para saber se ele faz jus ou não a um benefício que é direito reconhecido dos trabalhadores.

Enfatizamos ao Reitor, inclusive, o absurdo que é descontar os vales nas faltas abonadas. Outra questão colocada foi a dificuldade que muitos funcionários têm com locomoção através de transporte coletivo. No entanto, os que trabalham com seu próprio carro serão penalizados.

Após varias manifestações, solicitamos a suspensão imediata das portarias, a fim de podermos manter um diálogo que corrigisse as injustiças presentes nas mesmas. O professor Macari disse que aceitaria discutir alguns pontos, sem garantir, no entanto, que eles seriam revistos. Os representantes não concordaram com isso e insistiram na suspensão imediata das portarias.

Finalizando, os representantes fizeram um protesto durante a reunião do CO, abstendo-se de todas as votações da Ordem do Dia.

Mandado de Segurança

Diante da intransigência da Reitoria, que volta suas baterias contra os direitos dos trabalhadores, em vez de concentrar seus esforços na luta por mais verbas para a Universidade, o Sintunesp informa que já solicitou à sua Assessoria Jurídica que entre com um mandado de segurança, visando a suspensão imediata dos efeitos das portarias.

Os representantes esperam que prevaleça o bom senso e a Reitoria manifeste boa vontade em voltar atrás nessas medidas.